

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.915 - MG (2019/0300109-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : WAGNER DONIZETTI DOMINGUES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **WAGNER DONIZETTI DOMINGUES** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, violação do artigo 14, II, do Código Penal.

Requer o redimensionamento da pena, com a aplicação da redução pela tentativa prevista no art. 14, II, do Código Penal, no patamar máximo de 2/3 (dois terços), à alegação de que "o Recorrente esteve longe de consumir o delito de roubo, uma vez que a reação imediata da vítima interrompeu o *iter criminis* ainda no seu nascedouro" (e-STJ, fl. 189).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 195-199), o recurso foi inadmitido com fundamento no óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 201-203).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 231-237).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* manteve a causa de diminuição pela tentativa, em 1/3 (um terço), nos seguintes termos:

"Na sequência, tenho que acertada a redução de um terço pela minorante da tentativa.

A redução prevista no artigo 14, inciso II, do Código Penal deve corresponder ao trecho do *iter criminis* percorrido pelo agente. Nesse sentido, a abalizada lição de Julio Fabbrini Mirabete:

A redução da pena referente à tentativa deve resultar não das circunstâncias do crime, que são consideradas na fixação da pena-base, mas das circunstâncias da própria tentativa, ou seja, da extensão do '*iter criminis*' percorrido pelo agente, graduando-se o percentual em face da maior ou menor aproximação do resultado; quanto mais o agente se aprofundou na execução, quanto mais se aproximou da consumação, menor a redução.

(Código Penal Comentado. 711 Ed., Atlas, 2011, p. 64)

Nesse contexto, a prova produzida nos autos evidencia que o acusado não esteve distante da consumação, na medida em que ameaçou gravemente a vítima, simulando estar armado, e exigiu a entrega da

res furtiva, o que somente não se concretizou porque o ofendido conseguiu se desvencilhar e correr até um posto próximo da polícia, não sem antes ser cercado pelo réu.

Portanto, inequívoco o percurso de grande parte do *iter criminis*, não comportando reparo a fração redutora aplicada pelo Juízo *a quo*, ficando mantida, em consequência, a reprimenda de 04 (quatro) anos de reclusão e 17 (dezesete) dias-multa" (e-STJ, fls. 178-179).

Quanto à alegada violação ao artigo 14, II, do Código Penal, é assente no Superior Tribunal de Justiça que: "a diminuição da pena pela tentativa deve considerar o *iter criminis* percorrido pelo agente para a consumação do delito. Desta forma, tendo o agente se aproximado da consumação do delito, mostra-se correto o percentual mínimo de redução aplicado na hipótese" (AgRg no REsp n. 1.445.451/RN, Min. Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 2/10/2015).

A Corte Estadual, de forma fundamentada, considerou o *iter criminis* avançado pontuando que "a prova produzida nos autos evidencia que o acusado não esteve distante da consumação, na medida em que ameaçou gravemente a vítima, simulando estar armado, e exigiu a entrega da *res furtiva*, o que somente não se concretizou porque o ofendido conseguiu se desvencilhar e correr até um posto próximo da polícia, não sem antes ser cercado pelo réu" (e-STJ, fl. 179).

Assim, para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e decidir pelo aumento da fração de diminuição da pena pela tentativa para 2/3, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"[...]

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o quantum de redução pela tentativa respeita um critério objetivo, consistente na análise do *iter criminis* percorrido pelo agente, isto é, se a conduta aproximou-se ou não do resultado pretendido.

2. Definir qual a fração mais adequada à espécie, levando-se em conta o *iter criminis* percorrido pelo recorrente, importa em revolvimento fático-probatório, providência esta inviável em sede de recurso especial, também em função do óbice disposto na Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Dessume-se das razões recursais que o agravante não trouxe elementos suficientes para infirmar a decisão agravada, que, de fato, apresentou a solução que melhor espelha a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 830.121/DF, Min. Rel. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/08/2016).

"[...]

1. A decisão monocrática proferida em agravo em recurso especial não fere o princípio da colegialidade de acordo com o art. 544, § 4º, do Código de Processo Civil, além de ser passível de impugnação via agravo regimental, garantia de controle pelo colegiado.

Superior Tribunal de Justiça

2. O pleito de reconhecimento da confissão espontânea foi concedido por ocasião da decisão prolatada no agravo em recurso especial, motivo pelo qual o recurso encontra-se prejudicado neste quesito.

3. Ao estabelecer a redução da pena em função da tentativa em seu patamar mínimo, fundamentada no *iter criminis*, o Tribunal local agiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte. Ainda que assim não fosse, seria necessário incursão na seara fático-probatória para análise do pleito, providência obstada pela Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 391.297/SC, Min. Rel. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 11/03/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator